

Publicações do Cidehus

Elites e redes clientelares na Idade Média | Filipe
Themudo Barata

Prosopografia das elites concelhias e análise racional: a intersecção de duas abordagens

Adelaide Costa

p. 63-70



Texte intégral

- 1 O termo *elite* corresponde a uma categoria sociológica que, para se tornar operatória, necessita da adopção de referentes¹. Assim, as potencialidades de uma reflexão não radicam no significado pacífico de *elite*², mas nos sustentáculos que garantem a certos indivíduos a inserção em grupos com esse estatuto. A percepção histórica de tais critérios cimenta-se em conceitos que sistematizam e subdividem o que terá sido a realidade humana, com base em cortes sociais, económicos, culturais, simbólicos, políticos, aos quais se ajustam mais valias como nascimento, riqueza, saber³. Ou seja, existe uma conceptualização tradicional que permite arrumar núcleos de actores sociais privilegiados.
- 2 O esquema deste *Colóquio* permite autonomizar uma área temática balizada pela consideração de denominadores comuns: entidades que desenvolvem mecanismos de enquadramento político⁴ da sociedade: a coroa e os concelhos⁵. A escolha dos poderes formais, enquanto alicerce da análise, circunscreve a população sobre a qual me irei debruçar. Esta não se traduz na globalidade dos eventuais grupos superiores existentes nas vilas e cidades – as elites urbanas –, mas em indivíduos que aí agem, integrados em instituições com suportes juridicamente reconhecidos no panorama do sistema político.
- 3 Assim, a bipolarização semiexpressa no organigrama das sessões deste *Encontro*, mas perfeitamente intuída, entre instâncias centrais e locais de poder, não implicará a observação exclusiva dos quadros humanos das últimas: integram-se oficiais que ocupam magistraturas cuja legitimidade emana da existência do concelho enquanto corpo com identidade própria e os que exercem, nesse espaço, funções por delegação do rei ou de senhores. O critério coincide com a área de incidência territorial do exercício do poder e não com a fonte do mesmo.
- 4 O questionamento metodológico centra-se, assim, na apreensão da componente humana de poderes instituídos, integrando-se no âmbito da história social das instituições⁶



ou, se quisermos alargar ainda mais a perspectiva de abordagem, na história das relações de poder⁷.

- 5 Respeitando estes eixos orientadores, proponho-me reflectir sobre técnicas de pesquisa de elites, o que, *a priori*, não é sinónimo de interrogar o potencial de aplicabilidade do método prosopográfico. Senão, vejamos: se os objectivos do exame de um grupo humano podem coincidir com uma investigação exclusivamente virada para o interior do mesmo, o recurso ao conceito de elite implica uma intrínseca comparação com a massa humana que não a integra.
- 6 O percurso da análise será o de convocar as teorizações acerca da prosopografia e aferir da sua exequibilidade para o conhecimento das elites concelhias. Claro que este exercício se encontra viciado porque escamoteia a diversidade, tornando-se genérico e, como tal, substantivamente pobre. Em primeiro lugar, pelo facto de não incluir, com carácter efectivo, os condicionalismos impostos pelas fontes que existem para cada núcleo urbano⁸. Por outro lado, porque omite uma variável estruturante dos quadros humanos locais que é a geografia política, ou seja, o posicionamento que cada concelho mantém na cadeia das instâncias de poder de que faz parte.
- 7 O problema nuclear em qualquer abordagem historiográfica – o da relação estabelecida entre o objecto e as representações⁹ – apresenta condicionantes peculiares quando a mediação é feita pelo método prosopográfico; para além, naturalmente, da estrutural influência, quer das fontes, quer dos propósitos conscientes e inconscientes do investigador.
- 8 O primeiro tema a equacionar foi já levantado e glosado por muitos historiadores, correspondendo à dicotomia: construção historiográfica do grupo/ efectiva existência do mesmo na sociedade.
- 9 A prosopografia baseia-se no aproveitamento de uma característica objectiva para a delimitação de um conjunto de homens. Considera-se, unanimemente, que os laços institucionais correspondem ao garante mais seguro da viabilidade dessa operação. Estudam-se os elementos da



burocracia régia¹⁰, transversalmente os homens da justiça¹¹, o conjunto dos oficiais régios a actuar em núcleos urbanos¹², o corpo camarário de uma cidade¹³, os homens que integram os ofícios eclesiásticos numa diocese¹⁴. Aliás, sem que se abdique de aplicar o método a populações “arbitrárias”, para usar a expressão de Genet¹⁵ – ou seja, grupos cuja existência não é dada por uma pertença institucional definida –, fazem-se ensaios de forma titubeante e com muitas reticências.

10 Pensemos em níveis de arbitrariedade superiores.

11 Se a ligação de indivíduos a um organismo formal viabiliza metodologicamente a constituição de grupos, a coerência dos cortes institucionais, face ao que terá sido a realidade, é mensurável com base noutros indícios: caso do sistema auto-referencial e do sistema de classificação que a sociedade lhes atribui¹⁶ ou, dito por outras palavras, da consciência que esses conjuntos de homens têm de si próprios e da consciência que a sociedade tem deles¹⁷. Na prática, esse nível de percepção atinge-se com base em eventuais discursos que legitimem uma existência autónoma ou em atitudes concretas que a reivindiquem. O problema agudiza-se, pois a autoconsciência do grupo pode não ser estática mas situacional. Tal maleabilidade será particularmente notória nos quadros humanos que actuam localmente: existem representantes de poderes diferentes que se intersectam em determinadas situações da vida pública e que, noutras, se assumem como perfeitamente diferenciados e mesmo antagónicos¹⁸.

12 Dentro destes condicionalismos, perguntar-se-á se as instituições do sistema político delimitam elites ou se elas existem, de forma integrada, independentemente do poder que sirvam. Ou seja, é ou não efectiva a distinção entre oligarquia municipal e representantes régios ou senhoriais, havendo como variáveis (entre outras) a lassidão crescente dos vínculos à coroa que o afastamento dos núcleos urbanos em que a corte sedea produz, e as hipóteses de integração que a vivência continuada numa comunidade abre, mesmo para elementos exógenos¹⁹.



- 13 Claro que a consideração do tema terá de ser feita pontualmente em cada concelho, pelo confronto de documentação de natureza diferente: o discurso de protesto apresentado em nome dos povos transmite uma imagem de relacionamento entre oficiais concelhios e oficiais régios que poderá não ser secundada por testemunhos do quotidiano²⁰. Respostas para estas matérias – situáveis, em grande medida, no campo das representações mentais, mas com verdadeiras consequências para a prática do poder – são, muitas vezes, inexistentes.
- 14 Em termos metodológicos, conclui-se que os cortes artificiais de grupos – ou seja, a autonomização de populações sem autoconsciência e sem reconhecimento social – não impedem o uso da prosopografia.
- 15 O segundo núcleo de reflexão (dentro do quadro abrangente de relacionamento entre o objecto e as representações) poder-se-á intitular: a construção quantitativa do grupo-questões de representatividade.
- 16 Entramos numa problemática capaz de impedir o recurso a esta abordagem, dependendo das expectativas conceptuais de base. Constituindo a análise estatística dos dados a pedra de toque do método, só dimensionando as percentagens relativas das respostas à grelha de questionamento, será possível traçar, de forma consistente, as biografias colectivas. Mas se a fasquia for colocada mais baixo, considerando suficientemente importante um estudo tipológico²¹, ainda que não sustentado em valores percentuais, o campo de aplicação da prosopografia alarga-se.
- 17 Estabeleçamos uma hierarquia de possibilidades de uso do método.
- 18 Idealmente, o grupo e a sua reconstituição deviam coincidir, hipótese aberta pela existência de fontes que permitam elaborar listas contínuas de indivíduos correspondentes aos quadros humanos de um organismo.
- 19 No patamar imediatamente inferior, ainda que esse ideal se distancie, atinge-se um certo grau de verosimilhança quando se estabelecem formas de calcular o que terão sido os



efectivos reais do grupo. No caso do pessoal camarário, conhecendo o organigrama das magistraturas e a duração dos mandatos, é possível, mesmo ignorando os quantitativos totais para uma determinada época, prever o número de lugares não preenchidos. Este cômputo estará, contudo, longe de coincidir com o número de indivíduos em falta, dado o carácter rotativo da titularidade dos cargos²². Quanto aos oficiais régios a actuar na esfera local, o panorama é mais nebuloso, uma vez que os testemunhos de provimentos, longe de serem sequenciais, impedem que se estabeleça para todos os ofícios uma linha contínua de titularidades²³.

20 Por fim, estudam-se grupos sem qualquer probabilidade de avaliar o que terão sido os seus efectivos. Mesmo nestes casos, uma definição de tipos pode ser profícua quando conjugada com outros indícios²⁴.

21 As variáveis que interferem nesta hierarquia são, naturalmente, as fontes, mas, também, as características e as normas que regem o organismo que serve de base à actuação dos indivíduos. A análise dos quadros sociais das instituições insere-se na pesquisa global sobre as mesmas, estabelecendo-se uma relação de mútua descoberta. Investiga-se: o Desembargo régio, os cargos, os departamentos e o pessoal; os processos da organização da justiça, os cargos e os homens; a orgânica camarária e os seus magistrados; as funções e as competências dos ofícios públicos de uma cidade e os respectivos titulares; uma diocese, a hierarquia dos ofícios eclesiásticos e os indivíduos que os preencheram. A lógica de funcionamento das instituições condiciona a própria formulação do universo humano²⁵. Concluindo, o grupo tem de ser analisado à luz do sustentáculo em que aparece a agir.

22 Por vezes, a predisposição prosopográfica do investigador não ultrapassa o campo intencional, traduzindo-se em listas não sistematizáveis de informação, mercê de uma infinidade de questionários irrespondidos. E o resultado das pesquisas salda-se por um conhecimento circunstanciado das instituições e dos cargos, acrescido de notícias lacunares acerca dos homens. Lacunares mas não desprezáveis, dentro



de uma lógica despojada ou conjunta de se fazer prosopografia; cada nova faceta desvendada acerca dos indivíduos contribui, paulatinamente, para uma apreensão global dos mesmos²⁶. É inegável que esta espécie de catálogo abrangente em construção implica um desestruturar da problemática, o que Bulst consideraria uma “abordagem prosopográfica inconsciente”²⁷. Contudo, creio ser exequível elaborar uma base de dados em larga escala, na qual, preservando a especificidade dos universos humanos que foram objecto de estudo prévio, estes se cruzem em nome da formulação de novos questionamentos. Tal expediente permitiria contornar a crítica mais contundente que se faz à prosopografia: o método utiliza como sustentáculos da definição de grupos os laços institucionais, quando as relações de poder não se jogavam, forçosamente, nesse quadro.

23 Imízcoz Beunza propõe, para a Época Moderna, uma *análise relacional* da sociedade em que as categorias não sejam, como habitualmente, definidas com base na separação mas na vinculação. Para além dos corpos sociais tradicionalmente estudados, os homens agrupam-se, ainda, em função de referentes como família, parentesco, linhagem, clã, amizade, vizinhança, senhorio e clientela. Segundo o mesmo autor, estes vínculos constituem laços estruturantes que comportam regras de funcionamento precisas, supondo o exercício de autoridade e conduzindo a um agir solidário²⁸.

24 Considero que a *análise relacional* não pode corresponder ao núcleo medular de uma investigação alargada. A prosopografia de quadros humanos de poderes formais – apesar dos condicionalismos de aplicação atrás mencionados – deve manter-se como base, tentando-se, *a posteriori*, sobrepor-lhe outros nexos mais subtis. De facto, a teia de relações a que se refere Imízcoz Beunza dinamiza, acima de tudo, o comportamento dos indivíduos que se movem nos organismos estabelecidos²⁹, ainda que tais vínculos actuem em áreas mais abrangentes³⁰.

25 Retomando a ideia anteriormente formulada, creio que o caminho a seguir para alargar o conhecimento acerca das



elites urbanas passa pelo cruzamento de grupos institucionalmente coesos, tornando as informações operativas de modo global. Como vantagem primária, conseguia-se apreender a eventual sobreposição ou coexistência autónoma no desempenho de vários papéis pelos mesmos sujeitos. De seguida, acedia-se aos laços horizontais e verticais que os uniam a outros. Assim, cada indivíduo integrar-se-ia em vários círculos humanos, atendendo aos suportes formais e informais.

- 26 As deficiências de análise expressas por cada uma das abordagens são colmatadas pela outra. Conjugando os universos e atendendo à globalidade dos vínculos, pode medir-se a arbitrariedade dos cortes institucionais e relativizar o tópico das lacunas da reconstrução do grupo porque este se conjuga com outros elaborados a partir de bases diferentes. Por último, a imagem fixa e virada para o interior dos corpos estudados pela prosopografia redesenha-se à luz de uma dinâmica de relações interpessoais.
- 27 Conclui-se, assim, que a prosopografia e análise relacional, longe de se excluírem, complementam-se.

Notes

1. Cf. Elisabeth Crouzet-Pavan, “Élites (les) urbaines: aperçus problématiques (France, Angleterre, Italie)”, in *Les Élités Urbaines au Moyen Âge*, XXVIIe Congrès de la SHMES (Rome, Mai 1996), Paris, Publications de la Sorbonne, 1997, p. 9.
2. Correspondente a grupos superiores, os melhores em cada domínio, ou que são considerados como tal (cf. Philippe Braunstein, “Pour une histoire des élites urbaines: vocabulaire, réalités et représentations”, in *Les Élités Urbaines au Moyen Âge...*, pp. 29-38).
3. Cf. Claude Gauvard, “Avant-propos” a *Les Élités Urbaines au Moyen Âge...* p. 7.
4. Sobre o conceito de poderes políticos na Idade Média, vd. Miguel Ángel Ladero Quesada, “Poderes públicos en la Europa medieval (Principados, Reinos y Coronas)”, in *Poderes públicos en la Europa medieval (Principados, Reinos y Coronas) – XXIII Semana de Estudios Medievales*, Estella, 22 a 26 de Julho de 1996, Pamplona, 1997, pp. 19-67.



5. Estas duas estruturas não esgotam, naturalmente, o elenco dos poderes actuates na sociedade de Antigo Regime (vd. António Manuel

Hespanha, *História de Portugal Moderno (Político e Institucional)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995).

6. Jean-Philippe Genet, “Introduction” a *L’État Moderne et les Élités. XIIIe-XVIIIe siècles. Apports et limites de la méthode prosopographique*. Actes du colloque international CNRS-Paris I, (16-19 octobre 1991), Paris, Publications de la Sorbonne, 1996, p. 13.

7. Que não, em exclusivo, as relações de poder político. Cf., sobre o relacionamento entre poder e política, António Moreira Teixeira, “O poder como estrutura de possibilidade política”, in *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III.^a série, n.º 2, Lisboa, Universidade Aberta, 2000, pp. 13-22.

A fecundidade da análise das relações de poder é explicitada por María Asenjo González, “Sociedad y vida política en las ciudades de la corona de Castilla. Reflexiones sobre un debate”, in *Medievalismo. Boletín de la sociedad española de estudios medievales*, año 5, núm. 5, Madrid, 1995, p. 92.

8. E a verdade é que estas têm um carácter tutelar, face aos métodos de abordagem, às problemáticas levantadas com possibilidade de resposta e à preferência por certos parâmetros de elitização em detrimento de outros.

9. Utilizando as palavras de Elisabeth Crouzet-Pavan, *ob. cit.*, p. 9.

10. Armando Luís de Carvalho Homem, *Desembargo (o) régio (1320-1433)*, Porto, INIC-Centro de História da Universidade do Porto, 1990; Eugénia Maria Pereira da Mota, *Africano (do) ao Príncipe Perfeito. Percursos da Burocracia Régia*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado, 2 vols., Porto, 1989; Judite Gonçalves de Freitas, *Burocracia (a) do “Eloquente” (1433-1438). Os textos, as normas, as gentes*, Cascais, Patrimónia Histórica, 1996; id., «*Teemos por bem e mandamos*». *A burocracia régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)*, 2 vols., tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada, Porto, 1999; Vasco Rodrigo dos Santos Machado Vaz, *Boa (a) Memória do Monarca: Os escrivães da Chancelaria de D. João I (1385-1433)*, 2 vols., Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1995; Armando Paulo Carvalho Borlido, *Chancelaria (a) régia e os seus oficiais em 1463*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1996; e Ana Paula Pereira Godinho Almeida, *Chancelaria (a) régia e os seus oficiais em 1462*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1996.

11. Luís Miguel Duarte, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*, Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian-Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1999.



12. Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Gerir e Julgar em Guimarães no século XV. Subsídios para o estudo dos ofícios públicos*, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta-Câmara Municipal de Guimarães, 1993.
13. Adelaide Pereira Millán da Costa, «Vereação» e «Vereadores». *O governo do Porto em finais do século XV*, col. *Documentos e Memórias para a História do Porto*, 49, Porto, Arquivo Histórico-Câmara Municipal do Porto, 1993.
14. Hermínia Vasconcelos Vilar, *Dimensões (as) de um poder. A diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Estampa, 1999.
15. *Ob. cit.*, p. 15.
16. Usando a terminologia de António Manuel Hespanha, Carla Araújo e Ângela X. Barreto, “Juristes (les) portugais de l’Ancien Regime. Une banque de donnes prosopographiques”, in *L’État Moderne et les Élités*, pp. 47-50.
17. Cf. Crouzet-Pavan, *Ob. cit.*, p. 9.
18. Cf., para o caso do Porto, Adelaide Pereira Millán da Costa, *Projeção espacial de domínios. Das relações de poder ao burgo portuense (1385-1502)*, tese de Doutoramento em História, apresentada à Universidade Aberta, Lisboa, 1999, pp. 223-244.
19. Cf. o capítulo “A Corte e o Espaço”, de Rita Costa Gomes, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, col. *Memória e Sociedade*, Lisboa, Difel, 1995, pp. 241-293.
20. Cf., mais uma vez para o caso do Porto, Adelaide Pereira Millán da Costa, *Projeção espacial de domínios...*, pp. 201-222.
21. Como defende Jacques Verger, a não possibilidade de medir a distância entre o grupo constituído e o grupo que terá existido não derroga as possibilidades tipológicas, mas as apreciações quantitativas (“Prosopographie des élites et montée des gradués: l’apport de la documentation universitaire médiévale”, in *L’État Moderne et les élites...*, p. 370).
22. Vd. Adelaide Pereira Millán da Costa, «Vereação» e «Vereadores». *O governo do Porto em finais do século XV*, col. *Documentos e Memórias para a História do Porto*, 49, Porto, Arquivo Histórico, Câmara Municipal do Porto, 1993, pp. 60-65.
23. Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Gerir e Julgar em Guimarães...*, p. 9.
24. Cf. as bases que nortearam o estudo de Claude Gauvard, “Prosopographie (la) des criminels en France à la fin du Moyen Âge, Méthode et résultats”, in *L’État Moderne et les Élités...*, pp. 445-452.
25. O desconhecimento da orgânica camarária interfere na delimitação do grupo de indivíduos que integram os meandros do poder, uma vez



que o mero recurso ao quadro formal – a titularidade de ofícios – é insuficiente (cf. Adelaide Pereira Millán da Costa, «Vereação» e «Vereadores»..., p. 32).

26. Neste sentido, considero que a apresentação de biografias (ou de esboços de biografias), sob a forma de *itens* que podem ser facilmente actualizáveis e complementados, é mais profícua, em termos de trabalho futuro, do que a opção pelas tradicionais biografias descritivas.

27. Citado por Joseph Morsel, “Histoire lignagère et non-genèse de l’État en Allemagne du Sud à la fin du Moyen Âge. Entre prosopographie et micro-histoire”, in *L’État Moderne et les Élités...*, p. 147.

28. José María Imízcoz Beunza, “Comunidad red social y élites. Un análisis de la vertebración social en el Antiguo Régimen”, in *Elites, poder y red social. Las élites del país vasco y Navarra en la Edad Moderna (Estado de la cuestión y perspectivas)*, Bilbao, 1996, pp. 174-195.

29. Como os trabalhos já citados que abordam o problema das renúncias e encomendações de ofícios o provam.

30. A análise do papel dos intermediários na obtenção de cartas de perdão e privilégios individuais ilustra esta ideia (cf. Luís Miguel Duarte, Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Dependentes das elites vimaranenses face à justiça no reinado de D. Afonso V*, sep. da *Revista da Faculdade de Letras*, 2.^a série, vol. 6, Porto, FLUP, 1989; Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Arcebispo (o) de Braga, a sua Igreja e os privilegiados da Coroa*, sep. *Actas do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga (Congresso Internacional)*, Braga, 1990; Ana Maria Ferreira, “Relações (as) de clientelismo nos meios urbanos. O exemplo de uma vila portuguesa no século XV”, in *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras Medieval*, Cascais, Patrimonia Histórica, 1996, pp. 275-290; Id., “Sociedade urbana torriense e os privilegiados da Coroa”, in *Espaços, Gente e Sociedade...*, pp. 291-315.

Auteur

Adelaide Costa

Universidade Aberta

© Publicações do Cidehus, 2001

Conditions d’utilisation : <http://www.openedition.org/6540>

Cette publication numérique est issue d’un traitement automatique par reconnaissance optique de caractères.



Référence électronique du chapitre

COSTA, Adelaide. *Prosopografia das elites concelhias e análise racional: a intersecção de duas abordagens* In : *Elites e redes clientelares na Idade Média* [en ligne]. Évora : Publicações do Cidehus, 2001 (généré le 18 octobre 2022). Disponible sur Internet : <<http://books.openedition.org/cidehus/5118>>. ISBN : 9791036514074. DOI : <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.5118>.

Référence électronique du livre

BARATA, Filipe Themudo (dir.). *Elites e redes clientelares na Idade Média*. Nouvelle édition [en ligne]. Évora : Publicações do Cidehus, 2001 (généré le 18 octobre 2022). Disponible sur Internet : <<http://books.openedition.org/cidehus/5067>>. ISBN : 9791036514074. DOI : <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.5067>.
Compatible avec Zotero

